

REVISTA
DE
CULTURA
VISUAL

A Grande Guerra e os quotidianos no Porto: os arquivos como contributos

Catarina Pereira & Diogo Vidal

Resumo:

O presente artigo resulta de uma investigação realizada no âmbito do tema “Quotidianos e Sociabilidades Portuenses no Contexto da Grande Guerra” desenvolvida entre a Escola Superior de Educação do Porto e o Arquivo Distrital do Porto. Procura, através da análise de quatro fundos – Processos de Passaporte dos Emigrantes (cartas de chamada); Companhia de Carris de Ferro do Porto; Processos de Admissão da Casa dos Hospícios do Porto (Casa da Roda); e, Livro de Registos Notariais – contribuir para o conhecimento dos quotidianos e sociabilidades na cidade do Porto durante a I Guerra Mundial, mais concretamente no ano de 1917. Pretende-se esboçar a importância dos arquivos como fonte primária de salvaguarda de um património documental inigualável, solidificado pelas personalidades e acontecimentos históricos que imortaliza. A análise da documentação, aqui entendida como elemento construtor de uma memória coletiva e identitária, revelou uma cidade marcada pela emigração para o continente sul americano e a perda de um contingente ativo alargado, pela miséria e pela fome de muitas famílias pertencentes a classes mais pobres, que viam na casa dos hospícios a única salvação para os seus filhos, e uma cidade onde a guerra teve consequências no setor comercial e associativo.

Palavras-chave: arquivos; Grande Guerra; quotidianos portuenses; património documental.

Abstract:

This article results from an investigation realized under the topic of “Porto Quotidians and Sociabilities in the Context of the Great War” developed between the Escola Superior de Educação do Porto and the Arquivo Distrital do Porto. Seeks, through the analysis of four funds - Emigrant Passport Processes (letters of call); Porto Railroad Company; Admission Processes of the House of the Hospices of Porto (Wheel House); and Notary Registers Book - to contribute



to the knowledge of quotidian and sociability in the city of Oporto during the World War I, more concretely in 1917. It aims to outline the importance of archives as a primary source of safeguarding an unequalled documentary heritage, solidified by the personalities and historical events it immortalizes. The analysis of documentation, here understood as a constructive element of a collective and identity memory, revealed a city marked by emigration to the South American continent and loss of an active contingent, by the misery and hunger of many families of disadvantaged classes who saw in the house of the hospices the only salvation for their children and a city where the war had consequences in the commercial and associative sector.

Keywords: archives; World War I; Porto quotidian; documental heritage.

Introdução

O século XX foi um século negro para a história mundial. Se por um lado foi marcado por avanços tecnológicos, por outro foi, ainda, marcado pela guerra e pela destruição física e moral que dela resultou. A Primeira Guerra Mundial, ou a Grande Guerra, teve início no ano de 1914 e terminou no ano 1918. Foram quatro longos e dolorosos anos, onde foram dilaceradas famílias e os futuros de um contingente que antes de ser militar era parte integrante da sociedade civil. A Europa não ficou longe deste conflito, tendo sido parte ativa no mesmo. A guerra moveu multidões e o teatro de guerra, o cenário, foram os países.

Portugal entrou efetivamente em guerra, através do CEP – Corpo Expedicionário Português, em Flandres, entre novembro de 1917 e 9 de abril de 1918. A sua intervenção teve impactos diretos nos quotidianos das populações, resultando em alterações profundas em várias esferas da sociedade portuguesa, mobilizando um contingente masculino em idade ativa e deixando em território nacional uma população maioritariamente feminina. Esta alteração da morfologia demográfica do país desemboca também numa reestruturação do papel da mulher na sociedade, ainda que pouco evidente e emancipatório. O Porto, enquanto território litoral e marítimo, vê a guerra de perto.

Pretende-se com esta investigação retratar, com evidências bibliográficas e documentais, a realidade da cidade nesta época e de que forma as suas dinâmicas foram afetadas pela participação na Grande Guerra. A par desta pesquisa foram consultados no Arquivo Distrital do Porto os seguintes fundos: Processos de Passaporte de Emigrantes e respetivas cartas de chamada; Registo de entradas no Hospício dos Expostos do Porto; Livros de registos notariais; e, o fundo respeitante à Companhia de



Carris de Ferro do Porto. Nesta medida entendemos que os arquivos são um elo fulcral da ligação entre o passado e o presente e de solidificação da memória coletiva sobre a cidade do Porto.

1. Arquivos e memórias: para a sua importância na atualidade

Maria João Pires de Lima dizia, a propósito dos arquivos e do seu papel na sociedade, que “Um país sem arquivistas é um país sem arquivos, e um país sem arquivos é um país sem memória, sem cultura, sem direitos” (Lima, 1992: 26). Tomemos o sentido que esta afirmação nos despoleta como percurso a seguir e refletamos, por momentos, sobre a noção de património arquivístico.

O *património*, na sua vertente mais abrangente, deve ser entendido na sua envolvente pública e privada, ou melhor, enquanto uma junção de ambas. Desde logo as noções e discussões amplamente disseminadas pela sociedade levam-nos a perceber que o conceito de *património* acarreta em si mesmo a noção de valor. Valor este que pode advir do seu carácter histórico e de antiguidade e do seu carácter identitário e cultural. Talvez sejam estes últimos, pelo facto de representarem a memória e a identidade coletiva de uma sociedade, que melhor definem *património*. Daí a vontade em preservar e conservar, como se de um prolongamento nosso se tratasse. Por este motivo, a sua salvaguarda ganha especial importância.

Dediquemo-nos, agora, ao tipo de *património* que aqui procuramos discutir: o património arquivístico. A palavra “arquivo” deriva do Latim *archivum*, que veio do Grego *ta arkheia*, “registos públicos”, de *arkheion*, “prefeitura, governo municipal”, de *arkhé*, “governo”, literalmente “começo, origem”. Se entendermos o património arquivístico como arquivo de registos públicos sobre a origem e começo das coisas percebemos, inegavelmente, a sua importância basilar para a sociedade civil. O Diário da República de 23 de janeiro de 1993 define:

arquivo é um conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data ou suporte material, reunidos no exercício da sua atividade por uma entidade, pública ou privada, e conservados, respeitando a organização original, tendo em vista objetivos de gestão administrativa, de prova ou de informação, ao serviço das entidades que os detêm, dos investigadores e dos cidadãos em geral.

Concluindo, ainda, que “é direito e dever de todos os cidadãos, do Estado e das demais entidades públicas ou privadas, preservar, defender e valorizar o património



arquivístico”¹. O artigo 80º da Lei nº107/2001 de 8 de setembro² especifica toda a envolvente do património arquivístico que importa ter presente. Apesar desta tendência recente do conceito se ter “[...] afirmado sobretudo ao longo deste século [XX], a existência dos objetos que lhe estão associados – os documentos – remonta naturalmente a tempos muito recuados, ou seja, à época de invenção da escrita” (Ribeiro, 2000: 19). O mesmo autor diz-nos que a importância do documento surge pela necessidade de comunicar do presente para o futuro, de registar “[...] atos, pensamentos ou sentimentos, materializando num suporte a informação (social) que produz e/ou usa, com vista a criar uma memória a que possa recorrer a posteriori” (Ribeiro, 2000: 19).

Com base na noção legal de património arquivístico percebemos que o mesmo deve ser encarado, pela sociedade, como um bem que devemos salvaguardar e proteger. Este património, de natureza bibliográfica e arquivística, encontra-se presente em instituições públicas e privadas e dele fazem parte documentos que, devido ao seu valor, são assumidos como “alicerce insubstituível da história” (Lage, 2002: 13), contribuindo para a construção e preservação da memória coletiva da humanidade. O lugar que o património arquivístico ocupa neste trabalho não deve ser desvalorizado. Encaremo-lo como parte essencial para a construção dos quotidianos portuenses no período da Grande Guerra, como as peças que ligam e interligam as histórias das pessoas que deram corpo à realidade social. Lowenthal (1989) refere que a função principal da memória não passa por preservar o passado. A sua potencialidade reside na sua capacidade em adaptá-lo (o passado), através de reconstruções e de um processo contínuo voltado para o futuro. Assim o passado interliga-se com o presente. Mas não esqueçamos que por detrás da memória arquivística se encontra a memória real que outrora foi a realidade vivida e que, no presente, se encontra materializada nos arquivos que a compõem (Nora, 1993).

¹ (Decreto-Lei nº16/93 de 23 de janeiro, 1993)

² “1 — Integram o património arquivístico todos os arquivos produzidos por entidades de nacionalidade portuguesa que se revistam de interesse cultural relevante. 2 — Entende-se por arquivo o conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação. 3 — Integram, igualmente, o património arquivístico conjuntos não orgânicos de documentos de arquivo que se revistam de interesse cultural relevante e nomeadamente quando práticas antigas tenham gerado coleções factícias. 4 — Entende-se por coleção factícia o conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental ou outro qualquer critério dos colecionadores” (art. 80º, Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro).



2. A cidade e a Guerra: contributos para o conhecimento das sociabilidades e quotidianos do Porto no ano de 1917

A realidade da cidade era marcada essencialmente pela falência de muitas empresas, resultando no aumento do desemprego e da agitação social. Para além disto, a fatia da população mais afetada era a mais vulnerável socioeconomicamente, devido à escassez de cereais e outros alimentos essenciais, originando a subida brutal dos preços e monopólios. A Câmara Municipal Republicana criou uma Comissão de Subsistências para combater a fome entre o setor mais afetado, tentando normalizar o abastecimento dos géneros em falta a preços vigiados. Manuel Pinto de Azevedo, figura industrial, dava frente a esta Comissão. Destacou-se pela sua ajuda constante, até ao fim da Grande Guerra, em ceder graciosamente uma fábrica de panificação para se produzir o pão que era vendido nos postos de abastecimento municipais. Devido à sua ação gentil e humanitária, a situação no Porto não terá sido tão grave como em outras cidades. Para além deste auxílio, a Câmara Municipal desenvolveu projetos que foram fulcrais na época que se vivia no Porto, como a edificação do Mercado do Bolhão, o início da rasgada da Avenida dos Aliados e ainda a construção do Matadouro em São Roque da Lameira. Para concluir, houve ainda outras preocupações que levaram à edificação de bairros operários, bem como à fundação dos primeiros jardins-escolas públicos (Araújo, 2014).

Em agosto de 1914, na cidade do Porto, os primeiros dias desse mês ficaram assinalados pelos ultimatos dirigidos às comunidades francesas e alemãs residentes. As mesmas deveriam retornar ao seu país de origem na medida em que as nações se encontravam em guerra. Face ao novo conflito armado europeu, os naturais receios que se faziam sentir levaram a que muitos dos portuenses defendessem os seus bens. Tudo isto levou a que a população portuense fosse ao Banco de Portugal trocar o papel-moeda por prata, considerado um valor mais seguro, levando muitos comerciantes a rejeitar essa forma monetária. Perante esta situação, o Governo Civil do Porto proibiu a aglomeração de moeda e géneros alimentícios, e ainda penas para quem não aceitasse as notas do banco através de editais, que tinham como objetivo a prevenção de riscos económicos e posteriores especulações oportunistas. Da Estação de São Bento partiram para as suas pátrias, entre familiares amigos e colegas de trabalho, os cidadãos franceses, a quem naturalmente os portuenses começaram a prestar manifestações de despedida.

A notícia da Declaração Oficial de Portugal foi transmitida no dia 4 de agosto de 1914, onde esta afirma o cumprimento dos acordos diplomáticos à ascendente aliada Grã-Bretanha, sem repetir o seu aviso de guerra contra a Tríplice Aliança e, ainda, as expedições militares para as ex-colónias africanas de Angola e Moçambique. Depois de



conhecida a posição nacional nessa tarde de agosto, partiu da Praça da Liberdade outra grande manifestação, percorrendo os caminhos centrais, para saudar os representantes diplomáticos de Inglaterra, França, Rússia, Suécia e ainda os militares portuenses.

Com isto, foi criado um curso de preparação de oficiais instrutores em Infantaria 6 ou recenseamento de todas as viaturas no distrito para uma futura mobilização no Exército Português. Este recrutamento levou a que outras unidades nortenhas se juntassem entre si, com afetuosas despedidas na partida para a capital.

No campo económico-social, uma das preocupações referia-se à exportação do Vinho do Porto pela parte das reuniões associativas e da Câmara Municipal. Se no comércio se analisavam os riscos do seu transporte e o acordo das encomendas pela Grã-Bretanha, para os operários e outros trabalhadores previa-se uma paralisação das atividades profissionais estimuladas por uma economia de guerra, devendo-se prevenir o decréscimo das suas condições de vida.

A presença militar de Portugal na Flandres e em África, durante cerca de dois anos e meio, ficou estigmatizada pelas dinâmicas políticas que se faziam sentir. Com isto, entre 15 de março de 1916 e 10 de dezembro de 1917, a orientação das políticas adotadas nunca colocou em risco as instâncias e os deveres internacionais de coadjuvar com os Aliados nas campanhas militares. O grande esforço militar desses primeiros meses foi para o treino e para a formação do CEP, além de existir uma nova expedição anual deslocada para as ex-colónias africanas. As primeiras unidades partiram nos inícios de 1917 para França, sendo que a primeira vítima portuense nas trincheiras francesas foi o tenente Mário Augusto Teles Grilo, a 13 de junho de 1917, oficial da infantaria 18 (Araújo, 2014).

Na Câmara Municipal do Porto, as normas do poder central foram inteiramente respeitadas, tentando-se sempre proteger os setores económicos e tranquilizar algumas das revoltas sociais, especificamente junto das camadas operárias e populares que se manifestavam contra o aumento do custo de vida. Os restantes tinham que aceitar as obrigações que estavam a ser postas em prática, isto para angariarem matérias-primas e fundos para o orçamento militar, tendo em conta a extinção de alguns horários das linhas ferroviárias, a diminuição da iluminação pública, o agravamento da crise alimentar e ainda a redução dos postos de venda das esquadras policiais com produtos de primeira necessidade.

Do ponto de vista económico as consequências também foram graves para a atividade industrial e comercial na medida em que algumas unidades fabris, estabelecimentos comerciais e companhias de Vinho do Porto ficaram embargadas ou até encerradas enquanto se resolviam as questões legais da sua nacionalização. No verão de 1917 uma esquadra naval francesa atracou permanentemente em Leixões tendo em vista a



proteção das barras portuárias do Norte, defesa esta ajudada por brigadeiros e caçaminas britânicos. Esta situação deveu-se ao facto de terem ocorrido vários relatos de submarinos alemães a circundar a faixa litoral e até mesmo de atacar algumas embarcações de pesca e transporte, chegando mesmo a existir registos de vítimas mortais.

Contudo, devemos salientar a enorme onda de solidariedade que emergiu como resposta contra a Alemanha e o apoio aos soldados portugueses e aliados, surgindo mesmo cortejos aquando das vitórias nacionais em África e a comemoração do “Dia dos Aliados” pela cidade, a 9 de junho de 1917.

3. Governo Civil do Porto: Breve Resenha Histórica

O Governo Civil do Porto foi criado em 1835 e extinguido em 2011. Durante o seu período de funcionamento tinha como principal objetivo representar o poder central, além de assegurar e supervisionar o cumprimento das leis, bem como responder às necessidades que surgissem no seu contexto de atuação (distrital) (Costa, 2004).

O seu surgimento acontece com a vontade política em reestruturar administrativamente o país por volta de 1820, ou seja, durante o período do movimento liberal (França, 1992). Contudo, devido à instabilidade social e política, fruto da contra-revolução absolutista, só em 1832, pela mão de Mouzinho da Silveira³, é que surge verdadeiramente um plano coerente e estrategicamente pensado para a criação de um corpo de magistrados que viria a exercer funções administrativas ao nível local. A reforma foi implementada através da lei de 25 de abril de 1835 (França, 1992) e o distrito passou a ser encabeçado por um Governador Civil, por nomeação real, sendo auxiliado por uma Junta Distrital eleita. Durante o seu período de funcionamento várias foram as reformas a que o Governo Civil esteve sujeito, bem como à própria figura do Governador e das funções que lhe foram atribuídas, tendo sido um processo de paulatina perda de afirmação no campo administrativo nacional. Em 2011, na tomada de posse do então Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho o cargo é extinto e as suas funções são delegadas em outros órgãos administrativos.

³ Mouzinho da Silveira elaborou em maio de 1832 três decretos de combate à situação de indefinição administrativa ao nível da anterior comarca (França, 1992).



3.1. Processos de Passaportes de Emigrantes no ano de 1917

O século XX foi, sem dúvida, um século de emigração (Klein, 1993)⁴. A população ativa portuguesa, maioritariamente homens, partiram em busca de novas e melhores oportunidades. Para que sair do país fosse uma opção possível, qualquer pessoa teria de requerer a emissão de um passaporte ao Governo Civil do Porto. Nos processos de passaporte é possível localizar-se um conjunto de documentos – cartas de chamada, certidões de nascimento, de casamento, termos de consentimento e licenças do exército⁵ – que permitem vislumbrar as dinâmicas sociais (Figura 1).

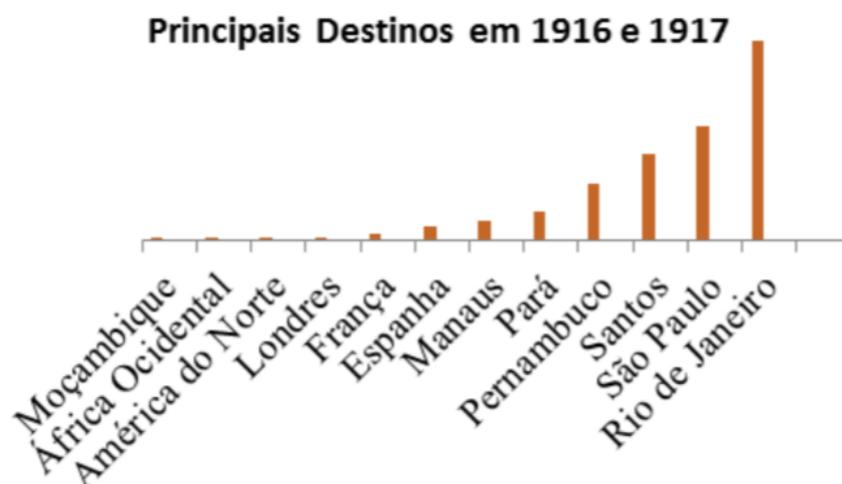


Figura 1: Principais destinos da emigração portuguesa nos anos de 1916 e 1917. Fonte: Elaboração da autora a partir dos processos de passaportes dos emigrantes disponibilizados pelo ADP.

O Brasil foi o destino por excelência da emigração portuguesa devido à proximidade cultural e linguística, pelo peso do passado, tornando a integração na sociedade brasileira mais fácil. Os principais destinos foram: Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Pará e Pernambuco. É feita alusão igualmente à América, Espanha, França, Inglaterra e África Ocidental como os destinos mais comuns. Segundo Correia (1926), a emigração portuguesa para o Brasil apresenta uma tendência de aumento acentuada a partir de 1917 até 1920, respetivamente com valores brutos de 6934, 6100, 21218 e 33641 indivíduos.

Da documentação analisada salienta-se a vontade em começar uma vida nova noutro país, de trabalhar, de tratar de negócios ou simplesmente em lazer, no caso dos

⁴ Segundo Klein (1993) a maioria dos emigrantes eram provenientes dos distritos mais densamente povoados do continente. Entre 1855 e 1914 emigraram cerca de 1 306 501 portugueses, em que 82% teve como destino Brasil, 2% Argentina e 15% Estados Unidos.

⁵ Requerimento Infantaria – apenas para os homens que eram soldados.



homens. Já as mulheres pretendiam ir para junto dos seus maridos, acompanhadas dos seus filhos, muitas vezes menores. O facto de serem os homens a viajar primeiro do que as mulheres nesta época deve-se essencialmente a dois pontos: um primeiro relativo à figura masculina como a principal e protetora, numa lógica de paternalismo; o segundo, pelo facto de serem os homens a terem uma profissão como negociantes e comerciais enquanto as mulheres eram na sua quase totalidade domésticas.

Este período onde a documentação analisada nos remonta para 1917, no ano exato em que Portugal entra na Grande Guerra, retrata uma sociedade portuguesa profundamente paternalista onde a mulher era secundarizada. Num tempo em que as pessoas desejavam uma vida melhor, fora da instabilidade política e social portuguesa, o Brasil era a solução mais imediata. No que se refere às mulheres, estas dividiam-se em dois grandes grupos: as mais letradas, com formação acima da média, pretendiam viajar pela Europa em recreio; as menos letradas, domésticas, pretendiam ir de encontro aos seus maridos na companhia dos filhos.

3.2. Cartas de Chamada: pedaços de memória

Parte integrante dos processos de passaporte, as cartas de chamada dotavam o mesmo de um cunho mais pessoal. Um verdadeiro deleite para quem as lê, as cartas de chamada são um elemento fundamental para um conhecimento profundo do quotidiano de uma época. Nas mesmas encontram-se inscritas, para sempre, conversas íntimas e de foro privado de uma população que vivia num período de instabilidade política, económica e social. Convidam-nos a perder-nos, entre as linhas que as compõem, numa linguagem pura e despojada de pudor, onde as fragilidades e os anseios se faziam sentir. Exemplo desta realidade é o excerto que de seguida se apresenta:

Querida Justina saúde é o que de coração te desejo assim como ao nosso querido filho. Eu fico bem graças a providencia. De hoje em diante continuo empregado. Tenho esperado pela tua chegada. E ca vens ter se Deus te der bôa viagem cuando tu chegares em Santos eu bou dentro do vapor perguntar o teu comportamento durante a viagem.⁶

O excerto acima é um exemplo claro do que tem sido discutido. A emigração masculina com a pretensão de que a família irá ao seu encontro. A dominação masculina sobre o papel da mulher. Também nas cartas de chamada é possível perceber que é pedido às

⁶ Excerto da carta de chamada inserida no Processo de Passaporte nº1108, de 10 de dezembro de 1916. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-E/099/0441. Fonte: Arquivo Distrital do Porto.



esposas que vão partir que tragam o dinheiro unicamente necessário, sendo que o restante deverá ficar no banco ou no crédito.

É visível através destas cartas que a emigração atingiu uma fatia ativa da população portuguesa. Emigrar foi a solução para uma vida melhor, primeiro só o homem e, depois de estabelecido, a família. Portugal sentia os efeitos da entrada na guerra com a inflação, escassez de recursos e a instabilidade social.

3.3. Cartório Notarial do Porto: Registos Notariais

Os registos notariais espelham a realidade económica da época na cidade. Os cartórios, enquanto espaço físico, eram palco do surgimento de novas sociedades, entre outras. É, por si só, uma poderosa lente para a interpretação e análise da sociedade civil da época.

A análise desta documentação permitiu conhecer a realidade empresarial e comercial da cidade do Porto em 1917. São várias as menções de criações de sociedades e suas dissoluções. Contudo, a maior referência leva-nos à compra e venda de navios com quitação⁷. Na sua generalidade as vendas de embarcações tinham como destino o comércio marítimo ou o transporte de carga.

Para além destas situações considera-se pertinente referir a necessidade de associativismo corporativista que se fazia sentir pela falta de reorganização social e de sentimento de pertença a um grupo. Os grupos profissionais sentiam necessidade de se organizar de forma a tornarem-se mais estáveis, dada a instabilidade social e política. Esta forma de organização permitia alargar o espectro da ajuda, alcançando os seus familiares mais próximos, atuando no presente e precavendo o futuro de ambos. Exemplo disso é o seguinte excerto da criação de uma sociedade cooperativa:

A presente cooperativa tem como fins: fornecer os seus associados todos os géneros e artigos de primeira necessidade; criar uma caixa de pensões para socorrer as viúvas dos sócios falecidos e, quando o fundo desta cooperativa o permita, criar também um orfanato para internar os filhos dos mesmos; promover benefícios e outros divertimentos em propaganda da sociedade, revertendo o produto, exclusivamente, a favor da caixa de pensões e orfanato.⁸

⁷ Documento que serve como prova de compra.

⁸ Excerto da criação da Sociedade Cooperativa de Crédito e Consumo dos Empregados Menores dos Correios Telégrafos de 30 de novembro de 1917. PT/ADPRT/NOT/CNPRT02/001/0053.



3.4. Hospício dos Expostos do Porto: a Casa da Roda⁹

A Casa da Roda do Porto foi criada em 1680 tendo como objetivo principal acolher e amparar as crianças abandonadas. Contudo, com o tempo, foi ganhando novas valências, como a lactação dos não-enjeitados e a criação de crianças, que apesar de não terem sido abandonadas voluntariamente, adquiriram a condição de expostas. Situou-se durante grande parte do seu tempo na rua dos Caldeireiros (Sá, 1995). Foi em 1865 que a instituição foi denominada Hospício dos Expostos do Porto, mantendo-se sob administração da Câmara Municipal do Porto. Em 1879, a Junta Geral do Distrito tomou posse da instituição.

O Hospício dos Expostos serviu uma população carenciada da cidade do Porto que numa época de escassez se via perante situações adversas – filhos fora do casamento, nascimentos fruto de prostituição ou falta de meios de subsistência – sendo “...uma forma de preservar a integridade e a reputação familiar, ao mesmo tempo que evitaria que as mulheres, com filhos ilegítimos, pudessem ser votadas ao ostracismo familiar e social” (Amorim, 1987: 272). Assim, várias foram as admissões, ato este denominado de expor uma criança na roda dos enjeitados. A própria palavra “expostos” tem na sua base a exposição de uma criança a uma situação dura e difícil, de expor as suas necessidades e fragilidades perante uma instituição que poderia ou não acolhê-la. Estas crianças poderiam ser deixadas literalmente na roda ou então eram encontradas em locais públicos e posteriormente entregues ao hospício. Juntamente com elas eram deixados pertences que poderiam passar por objetos pessoais, roupas ou até mesmo símbolos de proteção ou cartas a explicar o motivo do abandono.

A diferença entre expostos e órfãos é que os primeiros encontravam-se numa situação, em princípio, de abandono “provisório” referente a uma situação específica e momentânea, esperando mais tarde serem novamente entregues aos progenitores. Perante a análise da documentação verifica-se que grande parte das admissões provisórias culminam em definitivas¹⁰. Estas crianças eram, assim, consideradas desvalidas, ou seja, estavam aptas a serem admitidas na medida em que reuniam as condições de *desvalidez* necessárias.

Além destas situações, a documentação faz referência a que muitas das crianças admitidas não sobreviviam muito tempo dado à falta de cuidados neonatais e à exposição de recém-nascidos a situações agressivas¹¹.

⁹ A documentação analisada circunscreveu-se aos processos de admissão.

¹⁰ A partir do momento em que uma admissão se tornasse definitiva os pais perderiam o pátrio poder sobre os filhos.

¹¹ A taxa de mortalidade infantil em 1917 era de 41,8% (Ferraz, 1975: 457).



Como forma ilustrativa desta realidade apresenta-se o seguinte excerto de um processo de admissão que evidencia as deficiências sociais da época:

Foi a referida criança admitida definitivamente nesta Casa-Hospício na qualidade de desvalida e matriculada com o numero novecentos e noventa e três da quinta serie, em virtude de se declarar no officio, que a acompanhou, que a mãe se acha presa na referida cadeia (Cadeia Civil do Porto) e não tem leite para amamentar a filha.¹²

3.5. Companhia de Carris de Ferro do Porto

Foi em 1873 que a Companhia de Carris de Ferro do Porto (CCFP) deu início à sua atividade. A denominação original durou 73 anos até que, em 1949, toda a companhia passa a estar sob a alçada da Câmara Municipal do Porto. Em 1994 a companhia adquiriu o nome, que atualmente ainda assume, de STCP – Sociedade dos Transportes Coletivos do Porto – passando a ser uma Sociedade Anónima. O presente fundo engloba documentos referentes a correspondência, atas, estatutos, relatórios de exercícios e de contas, reclamações de passageiros e informações sobre funcionários. A análise da documentação espelha que, em 1917, a Guerra teve implicações nos quotidianos e nas próprias atividades da CCFP, como o fornecimento de metais e a dificuldade em obter licenças. A própria CCFP encontrava-se fragilizada e na documentação dá-se conta da presença de inúmeros pedidos de negociação de preços, maioritariamente rejeitados.

Exemplificativo desta situação é a correspondência constante do Processo nº407 de 5 de março de 1917 remetida por Frank M. Turner ao Diretor da Companhia Carris de Ferro do Porto. Nesta correspondência verifica-se as implicações de Portugal, e do Porto, na guerra, nomeadamente neste setor em que a dificuldade em obter licença para obter o metal branco era extremamente difícil devido às “ordens do Governo Inglez de não exportar senão o absoluto necessário para usos officiaes dos Alliados”¹³.

Exemplo dos vários pedidos de diminuição de preços é a seguinte correspondência que refere uma resposta negativa por parte da Câmara Municipal do Porto à Companhia de Carris de Ferro do Porto, referenciando a questão basilar que é a Grande Guerra:

b) que não pode haver duvida de que não existindo, como não existe contrato, ou acordo especial em contrario, o preço do metro quadrado de repartição de pavimento a pagar pela Companhia não pode ser outro senão o fixado na tabela que se refere o paragrafo seguinte, do artigo vigésimo sexto do Código de

¹² Excerto do processo nº993, da 4ª série, de admissão de 28 de fevereiro de 1917. PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0536. Fonte: Arquivo Distrital do Porto.

¹³ Excerto da correspondência constante no Processo nº407 de 5 de março de 1917.



Posturas; c) que, portanto, a redução feita nos termos da citada deliberação foi uma concessão voluntária e um ato de equidade da Camara que a Companhia melhor deveria saber apreciar, tanto mais quanto é certo e ninguém pode por em duvida que desde o começo da guerra (julho de mil novecentos e catorze) havia motivo para aumento e não diminuição de taxa, em consequência do conhecido aumento dos preços não só da mão de obra mas também dos materiais de construção; d) que, em face do exposto, deve ser mantida a citada deliberação, mantendo-se, portanto, o preço antigo para as reposições em divida futuras.¹⁴

Conclusão

A necessidade de se assumir a importância dos arquivos na construção do conhecimento é basilar.

Neste caso em particular, a informação recolhida, a par da pesquisa bibliográfica, permitiu construir um mapeamento do que foram os quotidianos e sociabilidades na cidade do Porto no ano de 1917. A memória arquivista é hoje um elemento chave para a construção e reconstrução da memória coletiva (Nora 1993) enquanto elemento na qual a História se sedimenta, enquanto ciência. A análise revelou contributos importantes para o tema, dada a dimensão intimista da análise (referimo-nos à troca de correspondência das cartas de chamada e aos processos de admissão da casa da roda). Não descuremos a pertinência dos fundos escolhidos: se por um lado as cartas de chamada revelaram a distância e a saudade a que as famílias se encontravam sujeitas pela necessidade de procurar uma vida melhor, os registos notariais desvendaram o ambiente empresarial e negocial que se faziam sentir na cidade com as constantes criações e dissuasões de sociedades, venda de embarcações e criações de sociedades de associativismo corporativista. Perante um clima social tenso era necessária a reorganização da sociedade de forma compartimentada em que os mais próximos se unam de forma a suprir as necessidades de cada um. Também a correspondência relativa à Companhia de Carris de Ferro do Porto espelha a azáfama e o dinamismo da época, frisando a sua importância na mobilidade interna da cidade e de algumas reclamações por parte de passageiros que dependiam da carreira para se moverem dentro da cidade. É um importante elemento, ainda que não diretamente explícito face ao contexto de guerra, de leitura dos usos e sentidos da cidade, como as idas ao teatro. Contudo, foram ainda referidos algumas vezes, na troca de correspondência, os vários pedidos recusados para a diminuição do valor do metro quadrado, devido à influência que a guerra tinha no Porto. O último fundo, mas não menos importante, assumiu particular papel nesta investigação. Primeiro, devido ao facto de ser a primeira vez que era analisado desta forma sequencial e como contributo

¹⁴ Excerto da correspondência constante no processo nº412 de 6 de março de 1917.



para o tema. Segundo, pela riqueza e profundidade das vivências que nele constam. Através dos registos de admissão à casa da roda percebemos a realidade dura das mulheres e das crianças da época. Sem condições e destinadas a uma vida de pobreza e miséria vêm na casa da roda a salvação para as suas crianças. As mesmas poderiam ser deixadas justamente na roda ou encontradas em locais públicos. Ainda que as admissões fossem consideradas provisórias, rapidamente se tornavam definitivas. A estadia na casa da roda era diminuta para muitas das crianças admitidas pois a mortalidade infantil era um flagelo na época.

Estávamos assim perante uma cidade que mesmo em contexto de guerra não parou e continuou a contribuir para o desenvolvimento económico e político do país. A realidade empresarial e comercial era dinâmica, os transportes dotavam a cidade de vitalidade e movimento, a emigração era uma constante e a casa da roda a última esperança para muitas crianças da época.

Referências bibliográficas

Amorim, M. N. (1987). *Guimarães 1580-1819*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Araújo, F. M. (2014). Impressões Jornalísticas sobre o Porto na Grande Guerra. *Atas do Encontro A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações* (pp.105-124). Porto: CITCEM.

Correia, F. V. (1926). *Situação Económica e Financeira de Portugal: Território e População*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Decreto-Lei nº16/93 de 23 de janeiro de 1993. (1993). Obtido de Diário da República, Série I, pp. 264-270. Retirado de <http://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/Decreto-Lei-16-93.pdf>

Ferraz, J. M. (1975). O desenvolvimento socio-económico durante a Primeira República. *Análise Social*, XI, 454-471.

França, P. (1992). *O Governo Civil do distrito de Viseu: nota histórica e documentação*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu.

Klein, H. S. (1993). A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. *Análise Social*, 121, 235-265.

Lage, M. O. (2002). *Abordar o património documental: territórios, práticas e desafios*. Guimarães: NEPS.

Lei nº107/2001, de 28 de setembro (2001). Obtido de Diário da República n.º 209/2001, Série I, pp. 5808-5829. Retirado de <http://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>

Lima, M. J. (1992). Os Arquivistas, a Formação, a Profissão. *Cadernos de BAD*, 2, 21-27.



Lowenthal, D. (1989). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.

Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, 10, 7-28.

Ribeiro, F. (2000). O Património documental: da memória das instituições à memória da nação. *Bibliotheca Portucalensis*, 13-14, 19-39.

Sá, I. d. (1985). A casa da Roda do Porto e o seu funcionamento - (1710-1780). *Separata da Revista da Faculdade de Letras - História*, II, 161-199.

Catarina Pereira é licenciada em Gestão do Património pela Escola Superior de Educação do Porto. Tem desenvolvido investigação no âmbito dos arquivos como elementos de construção de memórias. Participou em várias produções e montagens de exposições, bem como em organizações de programações culturais. Atualmente é aluna do Mestrado em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

✉ catarina_nogueira@live.com.pt

Diogo Vidal é licenciado e mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É autor de várias publicações que incidem sobre a cidade, o território e o ambiente. Participou em projetos de investigação, sendo atualmente Investigador da FP-ENAS, Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde da Universidade Fernando Pessoa, onde é aluno de doutoramento do Programa Doutoral em Ecologia e Saúde Ambiental.

✉ diogoguedesvidal@hotmail.com